

... Cadernos :: edição: 2004 - Nº 23 > Editorial > Índice > Resumo > **Artigo**

HANS EBERWEIN: críticas ao conceito de educação especial, e integração como uma tarefa do sistema de ensino e da escola

Renate F. Krause

Este artigo apresenta algumas idéias de Hans Eberwein aos profissionais da Educação e aos estudantes que cursam licenciaturas e serão professores em escolas comuns em nível fundamental e médio. Hans Eberwein apresenta idéias desafiantes que buscam uma profunda reflexão dos professores de Escolas Especiais e de Educação Especial em Escolas Regulares sobre sua legitimidade. Para o autor a Educação Especial está ultrapassada e a Educação Integradora é transitória. O futuro da Educação está na transformação da escola, em todos níveis, numa escola competente para oferecer Educação para Todos.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Integradora, Escola Integradora.

Notas Preliminares

Enquanto discutimos no Brasil o acerto ou não da Medida Provisória do Governo Federal sobre as cotas para ingresso do negro nas universidades, é preciso observar que essa polêmica não é isolada. A Zero Hora, jornal diário de Porto Alegre, de 21 de janeiro de 2004 traz, na página 32, a opinião de reitores de quatro universidades federais do estado do Rio Grande do Sul sobre o assunto. Em síntese, embora alguns reitores considerem essa "solução" discriminatória, frágil, fraudável e um retrocesso, eles não descartam que o tema deva ser discutido. Entretanto, é preciso compreender que o acesso à universidade está vinculado à inclusão social e não se resume, nem se inicia no ensino superior.

Tal como a presença do negro no ensino superior é tema de debate, a presença do aluno com restrições físicas ou necessidades educacionais especiais nas escolas comuns e na Universidade também o é. Embora esse direito já tenha sido garantido em vários decretos (não pretendemos nos ater a eles neste momento), fica evidente que falta estrutura para que ele se realize.

Desde Salamanca, em 1994, e, por extensão, desde a nossa Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 1996, o aluno com necessidades educacionais especiais, em virtude de restrições físicas ou limitações de aprendizagem, tem o direito de freqüentar o ensino comum junto com os demais alunos. No entanto, a grande dificuldade está no despreparo da estrutura escolar, como sistema e como local onde ocorre o processo. Esbarramos na parte física, na preparação dos professores e sua expectativa em relação ao desempenho dos alunos e nos planos pedagógicos, com seus critérios de avaliação e promoção.

Enquanto buscamos um ensino que responda às necessidades da nossa vida hoje, dentro do que atualmente conhecemos sobre as perspectivas das diferentes áreas do conhecimento responsáveis pelo desenvolvimento humano, ainda não há unanimidade sobre o critério de qualidade nas próprias instituições de ensino. Isto deve ser analisado, discutido e descrito para definir ações voltadas para um ensino mais justo e democrático.

As implicações que trazem as mudanças de paradigmas são universais e isso justifica conhecer as idéias de Hans Eberwein, expressas em uma palestra no Seminário sobre Educação de Deficientes e Não Deficientes na Universidade Livre de Berlim, Alemanha, em 1995. Essa palestra integra os anais editados após o referido seminário.

O evento envolveu profissionais das áreas da Educação, da Psicologia e do Esporte. As palestras abordaram a formação política, sociológica e psicológica de Educação Especial, Educação Geral, Pedagogia Profissional, Pedagogia do Esporte, Pedagogia Especial, entre outros temas. Seus objetivos foram estabelecer metas para políticas do ensino superior relativas à Educação Integradora; abordar questões de currículo e de teoria de aprendizagem, envolvendo as diferentes disciplinas; cogitar a

fundação de um instituto para pedagogos da Escola Fundamental Integradora na Universidade Livre de Berlim; colocar todos os estudantes de Educação em contato com os temas da integração; inserir a Pedagogia Integradora nos currículos de formação de professores; seguir o exemplo da Lei de Formação de Professores de 1995 em Berlim, que prevê a relação da Pedagogia Integradora com a formação do professor da Escola Fundamental, estendendo-a ao estado de Brandemburgo (estado que circunda a capital Berlim).

O seminário resultou no lançamento dos fundamentos básicos para a Educação Integradora e para

a Pedagogia Integradora nas universidades. Neste trabalho, porém, vamos conhecer apenas as idéias expostas por Hans Eberwein na palestra que se intitulou Críticas ao conceito de Educação Especial, e Integração como uma tarefa do Sistema de Ensino e das escolas. Para nos aproximar do sentido das idéias do autor, enfrentamos a diferença de termos e dos conceitos que encerram. Por isso, cabe fazer uma breve referência aos critérios que adotamos.

1. Contextualizando termos

Na Alemanha, como na Declaração de Salamanca, de 1994, fala-se de Educação Integradora (Integrationspädagogik) ao fazer referência à inclusão de todos alunos nas escolas comuns, reconhecendo as diferenças, promovendo a aprendizagem e atendendo às necessidades de cada indivíduo. Educação Especial (Sondererziehung) refere-se ao sistema criado para atender alunos com necessidades especiais, e Pedagogia Especial (Sonderpädagogik) é a modalidade de ensino própria da Educação Especial.

O educador especializado na integração do aluno com necessidades educacionais especiais na escola comum, dentro do princípio da integração, é o pedagogo especial (Sonderpädagoge).

Pedagogia terapêutica (Heilpädagogik) era vista como a cura através da ação pedagógica. O termo é analisado e criticado por Hans Eberwein na palestra que apresentamos neste trabalho

Escolas especiais (Sonderschulen) têm o mesmo sentido das nossas escolas especiais que atendem os alunos com deficiência separadamente das escolas comuns. Não nos referimos às escolas comuns como escolas regulares, pois as escolas especiais também funcionam regularmente, uma vez que possuem autorização legal para tal.

Eberwein usa o termo inclusão (Eingliederung) como mais uma meta a realizar através da Educação Integrada (Integradora?), quando a escola recebe alunos com necessidades educacionais diferentes com recursos humanos, financeiros e materiais adequados. Reserva, entretanto, esse termo para se referir a uma abrangência maior, como a inclusão social.

Empregaremos Escola Integradora para identificar a escola que recebe os alunos com deficiência. Teremos o cuidado de não chamá-la de Escola Integrada, porque esta existe na Alemanha com a característica de oferecer mais de uma modalidade de Ensino Médio no mesmo estabelecimento. (tirei a frase que estava aqui, pois integral vem de inteiro, e não de integrar)

Os termos e conceitos não diferem apenas de um país e de uma cultura para outra, por isso, buscamos adaptar ao máximo o sentido das idéias do autor que aqui apresentamos. Além disso, as mudanças ocorrem através dos tempos também num mesmo local, e numa mesma cultura.

2. A mudança do conceito de deficiência nos últimos 200 anos

Eberwein faz uma rápida análise da mudança do conceito de deficiência nos últimos dois séculos com uma breve revisão histórica. Ele se apóia em alguns autores que tentam mudar os termos, num esforço de amenizar o seu caráter pejorativo.

Com o Iluminismo, por motivos religiosos, humanitários e caritativos, houve uma busca de aperfeiçoamento da capacidade das pessoas aprenderem e uma tentativa de diminuir os limites dos deficientes. A Educação Especial foi uma solução encontrada no século XVIII para libertar as crianças com deficiência da situação de necessidade, ignorância, miséria e abandono. Foram, então, criadas instituições para diferentes tipos de deficiência.

No século XVIII, segundo o autor, a medicina atribuiu as deficiências a causas físicas, psicológicas e sociais; já no século XIX, as causas ficaram reduzidas a questões psicológicas e biológicas. A partir daí, os distúrbios foram transformados em categorias da medicina, psicologia e pedagogia. A Educação Especial adotou essas categorias e a dualidade normal e anormal.

Esses termos, segundo Eberwein, tornaram-se centrais na formação teórica da Educação Especial até as décadas de 30 e 40 do século XX. Fazendo uso dessas categorias, na Psicologia desenvolveu-se testes para legitimar a seleção e a separação dos alunos.

Strüpel publicou, em 1890, "A pedagogia a partiu das patologias ou dos erros", de acordo com o qual, erros e as patologias teriam sido retirados do contexto social. Eberwein vê na teoria resultante das idéias de Strüpel a origem da pedagogia terapêutica.

Esses dados demonstram que a Educação Especial se orientou muito tempo pelo modelo médico e considerou a deficiência como defeito, erro, falha e doença, cuja causa se resume no indivíduo. Logo, a pedagogia terapêutica passa a ser vista como um elo entre a medicina e a pedagogia.

Stötzer, citado por Eberwein, justificou, em 1864, a existência da escola para deficientes como

uma forma de livrar a escola pública da "carga" que representam esses alunos. Na hierarquia dos valores, as pessoas com deficiência estavam abaixo dos indigentes, pois não deveriam ser de responsabilidade da assistência social, mas ganhar seu próprio sustento, o que promoveu a criação de oficinas protegidas.

Segundo Eberwein, Bleidick quis, entre as décadas de 60 e 70 do século XX, dar uma nova perspectiva à educação dos alunos com deficiência, associando um significado pedagógico ao conceito de Educação, pois a deficiência educacional é vista como déficit de resultado de uma "deficiência-causa". Esta constatação justifica a Educação Especial. Lindmeier critica Bleidick neste ponto, pois ele não fala da não aprendizagem dos não deficientes.

A partir de então, Speck introduz a expressão "pessoas com necessidades educacionais especiais em seu meio de vida", que vem a ser o fundamento da "pedagogia terapêutica ecológica". Esta abordagem parte das necessidades educativas presentes em distúrbios de desenvolvimento e de relacionamento.

Com tudo isso, para Eberwein, uma profunda revisão do conceito de deficiência ainda não se realizou, pois o modelo médico não foi superado e continua-se preso a ele.

Segundo Bach, deficiência não é uma propriedade, é uma relação entre fatos individuais e extra-individuais, logo deficiência é sempre uma limitação da realização de expectativa social. Ele, porém, também recai em posições dos anos 70 ao estabelecer critérios para medir a extensão do grau e duração da deficiência.

Em suma, tanto Bleidick quanto Speck e Bach continuam recorrendo a desvios de normas, características comportamentais negativas centradas no indivíduo para definir a deficiência.

É necessário, conforme Hans Eberwein, que haja profundas reflexões em torno da Educação Especial, pois a própria palavra "especial" traz, em si, o sentido negativo, porque está ligado a patologias, a erros, ao que ocorre fora na norma.

O desvio do padrão justifica a intervenção dos procedimentos da Educação Especial. Mesmo que Speck tenha substituído "Educação Especial" ou "Educação dos Deficientes" por "Educação Terapêutica" não alterou a essência do termo, pois terapia indica que algo precisa ser curado. O esforço terapêutico, segundo Eberwein, sinaliza que as pessoas não são aceitas como são e que os educadores sabem o que é bom para o aluno com limitações, por isso ele se torna monopólio da Educação Especial.

Esse sistema de Educação Especial não se sustenta, nem pela teoria científica e nem pela prática escolar, segundo o autor.

3. A tarefa da escola e do sistema de ensino

A principal tarefa do sistema de ensino e da escola, conforme o autor, é criar um novo paradigma, em que o aluno não seja objeto da ação, mas sujeito de seu processo de ensino. Além disso, devem ser considerados seus problemas existenciais.

A Educação Especial não consideraria a pessoa com limitações como um todo. Portanto, encaminhá-la para determinadas Escolas Especiais, segundo Eberwein, significa estigmatizá-la, pois lá o aluno é visto e classificado segundo as exigências escolares e o ensino vira treinamento.

O autor afirma que, enquanto havia Escolas Especiais, apenas os alunos sem deficiência ficavam nas Escolas Comuns. Com o início da integração, os professores teriam começado a se questionar sobre se existe ou não o "aluno padrão", concluindo que sua heterogeneidade é incontestável, e o conceito de "normalidade", pejorativo e desumano, seria um padrão definido por "não-deficientes". A deficiência seria, na verdade, um fenômeno relativo à exigência da escola, às expectativas de desempenho do aluno, aos comportamentos deles esperados, aos procedimentos dos professores e seus limites de tolerância.

Conforme Eberwein, a Constituição da Alemanha prevê que todos têm direito de participar da sociedade com direitos iguais. Se a sociedade já compreendeu que ser diferente é a norma, a pluralidade deveria ser vista como normalidade e, portanto, não haveria mais necessidade de Educação Especial, bastando apenas descrever as necessidades e problemas individuais de cada criança. Essa constatação mudaria a concepção de diagnóstico de deficiência e atribuição de características definitivas do aluno para o encaminhamento de estimulação individual. Para o autor, entretanto, a alteração de termos por outros menos pejorativos não deve se estabelecer sem vir acompanhada por novos critérios de organização pedagógica.

A teoria da Pedagogia Especial deveria, segundo ele, no futuro, orientar-se para uma escolarização integradora de alunos com e sem deficiência, em favor do desenvolvimento da identidade e da autonomia de todas as crianças. Como exemplo, Eberwein cita Elisabeth Michel-Adler que, em 1988, sugere que pessoas com deficiência deveriam se orgulhar das áreas que desenvolveram por causa da sua deficiência, como o tato, olfato, audição, percepção corporal e compartilhar suas experiências com

peessoas sem deficiência.

Na escola integradora, a aprendizagem pela imitação é, para o autor, uma possibilidade social. Essas chances seriam diminuídas num agrupamento de alunos com limitações semelhantes. Isso não excluiria que, numa escola integradora, crianças com experiências e limitações semelhantes não estudassem algumas horas juntas em grupos menores, quando iriam buscar recursos para sanar suas dificuldades específicas.

Para Eberwein, a escola integradora deve estar aberta para as heterogeneidades individuais e para as heterogeneidades coletivas, oportunizando que os surdos estudem a língua de sinais e os ouvintes também, que não só os cegos aprendam braille, mas os videntes também. Esta troca de conhecimentos permitiria maior comunicação entre todos os alunos, atendendo a dimensão social.

Se a estimulação de crianças com necessidades educacionais tem sucesso em Escolas Comuns, isso não deve ser monopólio das Escolas Especiais. Estimular qualquer criança, também a que não é portadora de necessidades educacionais especiais é tarefa da Escola Comum.

Os educadores especiais, segundo Eberwein, temem que, quando não mais constar a categorização de "deficientes" entre seus alunos, não mais receberão seus benefícios diferenciados. O autor sugere, então, que esses profissionais contribuam com seus conhecimentos nas escolas comuns.

Eberwein propõe que as Escolas Especiais se transformem em Escolas Integradoras. Mesmo sem evitar exclusão, prejuízos sociais e cargas psíquicas dos alunos com deficiência, o trabalho das Escolas Especiais foi reconhecido pela sociedade.

No Sistema de Ensino deveria se tirar a Educação Especial e a Escola Especial de sua crise de legitimidade. Para Eberwein, o caminho para isso é a Pedagogia Integradora, que também é transitória. A Educação Integradora, por sua vez, deveria alterar a compreensão do enfoque médico para o enfoque científico da Educação, tanto na teoria como na prática. Em todo esse contexto, não poderíamos esquecer que, em todo o mundo, as pessoas com restrições manifestam seus desejos, não se sentem deficientes e não querem mais estar isoladas.

Nossa sociedade se caracterizaria, atualmente, por uma concepção de democracia, humanidade, normalização e autonomia do sujeito. A Educação tem a função sócio-constitutiva de criar realidades sociais e Hans Eberwein convoca a Educação Especial a "respeitar a diferença antropológica e não tentar se apoderar teoricamente do ser diferente".

Notas Finais

Eberwein demonstra, no decorrer de todo o seu trabalho, que a sociedade atual é diferente da de dois séculos atrás e que, especialmente na Educação, não podem valer mais os mesmos conceitos e as mesmas práticas de antes.

A Educação Especial foi uma solução para uma determinada época e seus fundamentos estão superados. Entretanto, o Sistema Geral de Ensino também precisa refletir sobre suas concepções teóricas e seus procedimentos para atender a sociedade em que está inserido. Eberwein sugere a Educação Integradora como uma transição para uma escola verdadeiramente justa e democrática, sem selecionar, classificar e segregar qualquer indivíduo, seja ele negro, com restrições físicas ou outras diferenças, pois, ser diferente é o padrão.

Tanto na Educação Especial quanto no próprio sistema de ensino, os profissionais devem ter a coragem de olhar criticamente para a sua prática e questionar sinceramente se seus procedimentos estão de acordo com suas propostas, que não podem fugir da tarefa de oferecer educação para todos.

Para ler mais

EBERWEIN, Hans (Hrsg.). Einführung in die Integrations-pädagogik. 2. Auflage, Beltz Verlag. Weinheim u. Basel. Printed in Germany, 2001.

EBERWEIN, Hans. Zur Kritik des Behinderungsbegriffs und des sonderpädagogischem Paradigmas. Integration als Aufgabe der allgemeinen Pädagogik und Schule. (Crítica ao conceito de deficiência e ao paradigma da Educação Especial. Integração como tarefa da Educação Geral e da Escola). Primeira palestra da obra acima citada. Tradução Renate F. Krause, não editado no Brasil.